



(DIOGO-CAÃO)



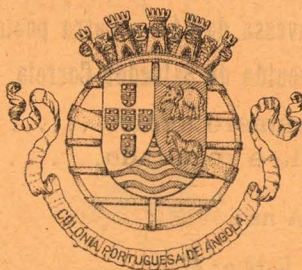
REVISTA ILUSTRADA

— D E —

ASSÚNTOS HISTÓRICOS ANGOLANOS

(COM TÔDAS AS LICENÇAS NECESSÁRIAS)

— COLABORADORES — SELECCIONADOS —



— SUMÁRIO —

As lútas liberais em Angola. — Condomínio Português & Holan-
dês (1641-1648). — O testamento do governador Paulo Dias de
Novais e a sua morte em 9 de Maio de 1589. — A reputação dos
valerosos Portuguezes no Lubolo, na Quiçama e na côrte da
Rainha Ginga. — A fundação do Convento Franciscano de
S. José, em Luanda. — Tentativa do Cana'-do-Quanza, pãra le-
var boa água à cidade de Luanda

TIRAGEM: 1.000 EXEMPLARES

— LISBOA — 1935 —

«DIOGO-CAÃO»

= CAIXA POSTAL 362 =

— LISBOA —

DIRECTOR, REDACTOR, ADMINISTRADOR, EDITOR E PROPRIETÁRIO

PADRE MANUEL RUELA POMBO

Missionário aposentado de Angola e Aluno do Curso
Superior de Bibliotecário-Arquivista

Vende-se em LUANDA, nas livrarias :

MINERVA, na Travessa da Sé — Caixa postal 42.

LUSITANA, na Avenida de Salvador Correia — Caixa postal 291.

Preço do número avulso	5,00
Pelo correio e registado.....	6,00

Em LISBOA na :

Tabacaria Neves, Rossio, 42.

Número avulso.....	3\$50
--------------------	-------

Vendem-se algumas colecções da I e II séries :

Cada uma das séries	}	em brochura	55\$00 ou 70,00
		cartonada...	60\$00 ou 80,00

As assinaturas são pagas adeantadamente

Cada série de 10 números 30\$00 ou 50,00

(Recebemos Angolares)

«Diogo-Caão»

— Revista Ilustrada de Assuntos Angolanos —

TERCEIRA SÉRIE

Director, Redactor, Administrador, Editor e Proprietário —

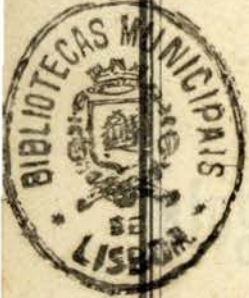
Padre Manuel Ruela Pombo

(Missionário aposentado de Angola e antiquário amador)

COLABORADORES SELECIONADOS



MCMXXXV — MCMXXXVI



15 de Agosto de 1648

a _____

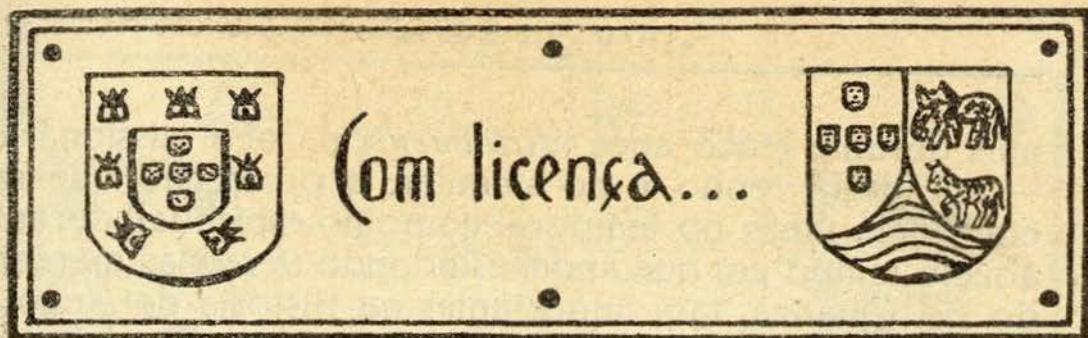
15 de Agosto de 1948

III Centenário da Restauração de Angola do Podêr dos Holandeses

— A civilização de um povo ou de uma região do globo não pode ser caracterizada, e muito menos aferida pela estíva mais ou menos remuneradora das suas transacções mercantis. Erra de materialismo grosseiro e de perigosa filosofia aquele que o supuser e doutrinar. É no conjunto harmonioso das variadas manifestações de que se compõe a actividade social, que reside a virtude do PROGRESSO e a alma da CIVILIZAÇÃO. Encarar um tam vasto e complexo problema por uma só face — é mutilá-lo ou desconhecê-lo.

JOSÉ MARIA DA PONTE HORTA.

Governador Geral de ANGOLA de 1870 a 1873. — Na Conferência *Teorias na Metrópole, Práticas na África.*



CAROS, e também cacos, LEITORES :

ENTRA na sua III Série, com o presente número, a nossa revista *Diogo-Caão*, que jámais navegou em mar-de-rosas...

Pessoas houve em Luanda que tiveram a ousadia de, à-meia voz, espalhar que ela não tinha vida além do terceiro ou quinto número da I Série...

Contra tais profetas, invejosos e de pés-de-barro, não vale a pena gastar aqui papel.

Por nossa parte, também não perderemos o tempo, que é precioso, a gozar a nossa satisfação, pois com êste número contam-se ao todo já 21, que representam muito trabalho e muita paixão patriótica pela verdadeira e útil História-de-Angola, de que somos modesto e constante investigador.

E' da história universal e também da experiência cotidiana êste facto: uma idea boa, que é perseguida, triunfa sempre.

Repetimos: ainda é cêdo para contarmos por-miúdo a Perseguição de que fomos vítima em Luanda por causa da publicação desta revista.

Já ninguém nos ataca ou persegue, graças a DEUS.

Mais outra vez agradecemos à Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Presídio de Muxima, onde fo-

mos durante cinco anos *oficialmente* pároco-missionário, — agradeço, repito, e no singular, a protecção que me concedeu, tanto no temporal como no espiritual, durante aquele tempo em que andei estudando *in loco* as margens do rio Quanza, tam importantes na História-de-Angola.

Neste consolador momento, cometeria uma injustiça se não lembrasse aquí o nome ilustre do Senhor Comandante Henrique Correia da Silva (Paço de Arcos), que foi o **padrinho** da *Diogo-Caão*, quando, pela segunda vez, a levamos ao... registo official.

Com a filosófica e pleníssima Alegria, — que me dá a minha consciência, de ter cumprido à risca o meu dever para com a **Angola** do passado, do presente e também do futuro, — continuo satisfeito nesta empresa das minhas investigações históricas pelos arquivos e bibliotecas de Lisboa.

Certamente, quem trabalha com gosto, não se cansa ; não é?...

* * *

Como modelo *mutatis mutandis*, foi por nós tomada, a *Feira-da-Ladra*, revistinha lisboeta tam cheia de encantos e curiosidades.

* * *

Aos srs. Assinantes de Angola, que nos devem ainda as I e II séries, pedimos o respectivo pagamento: recebemos *angolares*.

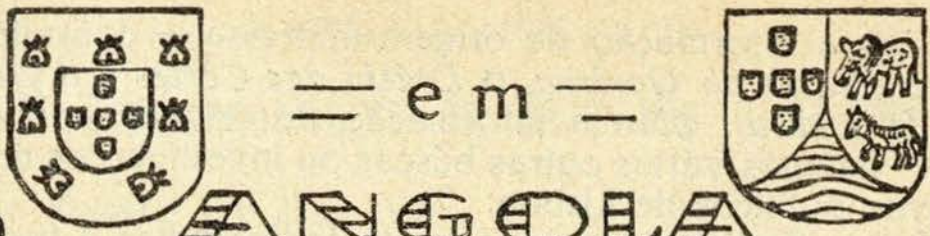
Lisboa, Maio de 1935.

Padre POMBO.

AS LÚTAS LIBERAIS

= e m =

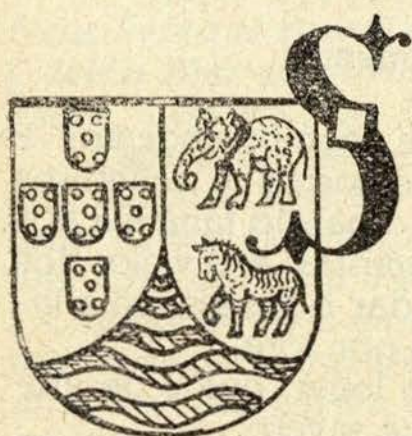
ANGOLA



Ao Ex.^{mo} Sr. Comandante ERNESTO DE
VILHENA dedica êste modestíssimo
trabalho de investigação histórica o
Padre RUELA POMBO.

— ... a bibliografia liberalenga é um labirinto.
Vitorino Nêmesio.

— O liberalismo tem hoje, aparentemente pelo me-
nos, mais agressões do que reconhecimentos.
Norberio de Araújo.



EM DOCUMENTOS NÃO HÁ,
nem pode haver, história positiva
ou concreta: a história é uma
ciência e uma arte.

Também uma lição de mo-
ral e de patriotismo.

Pâra escrever ou narrar ou
contar, com método e critério, os
factos do tempo passado, o his-
toriador, digno dêste nome, ca-
rece do auxílio ou do trabalho

do modesto investigador.

Por mais de uma vez temos escrito, e agora passa-
mos a provar que não faltam, antes abundam, nas bi-
bliotecas e arquivos de Lisboa **documentos**, muitos
documentos, relativos ao eco político que, em 1822, teve
em Luanda e Benguela a independência do Brasil.

Pâra a informação de origem impressa — consultámos o *Diário do Govêrno*, o *Diário das Côrtes* e a *Gazeta de Lisboa* : pâra a informação de origem manuscrita — fizemos várias outras búscas ou investigações nos arquivos públicos de Lisboa.

A seu tempo e em cada lugar, indicaremos a fonte de nossas informações pâra que, quem quiser tratar melhor e com mais desenvolvimento dêste assunto, o possa fazer rápida e fácilmente.

Bem contra nossa vontade, êste estudo tem lacunas, mas tencionamos, um dia, completá-lo : nesta primeira operação, ou heurística, juntamos apenas os documentos.

Como modesto investigador, não queremos nem devemos fazer a crítica ou dar a nossa opinião sôbre o **vintismo** e suas consequências ou ligações, suas felicidades ou desgraças... Fazemos a exposição dos factos e não a sua interpretação política.

Quem quiser de um modo independente e justiceiro medir ou pesar ou apreciar tais factos na sua lição rude — não precisa de forçar a sua inteligência cultivada e a sua boa consciência para concluir que os manos **Pedro & Miguel** foram dois *castigos* para a Nação Portuguesa. *Arcades ambo !!!*

Tanto sangue derramado inútilmente !

Maldita sementeira de ódios !

Como homem e como padre, compreendemos e apreciamos êstes factos políticos e sociais e religiosos dum modo livre e justo e racional : à paixão fanática dos políticos, à lógica forçada dos polemistas, aos vícios dos desautorizados críticos — sabemos dar o necessário e indispensável desconto, por dentro e por fóra.

Mas... voltemos para o nosso lugar, que é de modestíssimo investigador e não de juiz severo.

As razões de certos críticos são, por vezes sem número, razões sem... crítica nenhuma, com *temperos* ou sem *temperos !!!*

Nas páginas da *Diogo-Caão*, não entram polémicas pessoais.

De temperos — *azeite & pimenta* — só gostamos na... comida.

Capitulo primeiro

O governador Luis da Mota Féo e Tôrres

1. — Ponte de ligação

Tam sómente como ponte de ligação próxima ou ponte de passagem do govêrno absoluto para o govêrno liberal — é que damos aqui umas rápidas e resumidas notícias relativas ao vice-almirante Mota Féo e Tôrres.

Em 1825, o seu filho João Carlos Féo Cardoso de Castelo-Branco e Tôrres publicou em Paris umas «*Memórias*», que contêm a biografia de seu pai, o catálogo dos governadores e capitães generais de Angola desde 1575 até 1825, bem como uma descrição geográfica e política de Angola e Benguela.

2. — Carta patente

No Arquivo Nacional da Torre-do-Tômbio de Lisboa, no livro V de registo de Mercês de dona Maria II, à página 18, verso, está transcrito o seguinte documento:

— «*Livro 34, fls. 113, v. — Dom João, por graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves dâquem e dâlê:n Mar em África, de Guiné e da Conquista, Navegação, Comércio, da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, etc.*

Faço saber aos que esta minha Carta Patente virem, que, havendo atenção à reconhecida honra e intelligência e mais partes que concorrem na pessoa do Chefe-de-Esquadra Luis da Mota Féo, sou servido nomeá-lo Governador e Capitão-General de Angola por tempo de 3 anos e o mais que decorrer enquanto lhe não lhe der successor; e com o dito Govêrno haverá o Soldo de 6 contos de réis em cada um dos ditos anos, pago na forma das Minhas Reais Ordens e gozará de tôdas as honras, podêres, mando, jurisdições e alçadas, que, em razão do dito govêrno, lhe pertencem.

Pelo que Mando ao meu Governador e Capitão General do Reino de Angola ou quem seu cargo servir: lhe dê posse do sobredito govêrno; e a todos os mais Governadores, Capitães-Móres, Ministros e mais Justiças de todos os

Distritos de sua jurisdição — Ordeno que o reconheçam por seu Governador e Capitão General e, como tal, lhe obedecam, cumpram e guardem suas Ordens por escrito e de palavra como devem e são obrigados.

E ao Tesoureiro ou Recebedor da Minha Real Fazenda Mando que lhe faça pagamento do referido Soldo de 6 contos de réis cada ano, aos quartéis, nos seus devidos tempos por esta Carta somente, sem que para isso seja necessário alguma Provisão; e êle — Luís da Mota Fêo — jurará em Minha Chancelaria, na forma costumada, de que se fará assento nas costas desta Minha Carta-Patente, que, por firmeza de tudo, lhe mandei dar por mim assinada e selada com o Sêlo Grande de Minhas Armas. E antes de partir desta Côrte, fará, em minhas Reais Mãos, Preito e Homenagem pelo dito Govêrno, segundo o úso e costume deste Reino, de que apresentará Certidão de meu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Brasil.

Pagou de Novos Direitos um conto e quinhentos mil réis, que se carregaram ao actual Recebedor, a folhas 116 do livro III de sua Receita, e deu fiança a tudo o mais que se liquidar... a folhas 7 do livro IX do Registo Geral.

Palácio do Rio-de-Janeiro, em 26 de Junho do ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de 1815. — O Príncipe, com guarda. — Marquês de Aguiar.

Patente por que Vossa Alteza Real há por bem Nomear a Luís de Mota Fêo, Chefe-de-Esquadra, Governador e Capitão-General do Reino de Angola por tempo de 3 anos e o mais que decorrer enquanto lhe não der sucessor, como acima se declara. Para V. Alteza ver. — António Alves de Brito a fez. — Logar do Sêlo das Armas Reais.» —

A seguir, está a nóta: — «Conferida em 10 de Março de 1835. — Basto».

3. — O seu govêrno

Foi Luís da Mota um bom governador de Angola: podemos dizê-lo e prová-lo.

Não era ousado, nem empreendedor, nem de ideas firmes ou generosas quanto à escravatura.

Chegou ao pôrto de Luanda no dia 29 de Junho de 1816 e foi recebido pelos habitantes com «*muitos obséquios, que até armaram as janelas com damascos e colchas, aqueles cujas casas se achavam na passagem: com estes felizes auspícios tomou posse em 3 de Julho e governou 3 anos, 2 meses e 4 dias*».

4. — **O bispo Póvoas**

O bispo dom frei João Damasceno da Silva Póvoas chegou ao pôrto de Luanda no dia 10 de Novembro de 1818; desembarcou no dia 11 e tomou posse a 15.

Realizou na Cathedral o seu primeiro Pontifical no dia 8 de Dezembro do mesmo ano de 1818.

— «*Foi recebido pelo governador Féo e Tôrres com tôdas as honras e formalidades, devidas à sua qualidade e merecimento e pelos habitantes daquela cidade, com bastante prazer, pois havia quasi 13 anos, que a Diocese se achava sem pastor. O Governador Féo e Tôrres e o bispo Póvoas viveram sempre em perfeita harmonia e em muita amizade.*» —

De propósito, citamos êste pedaço, porque, mais tarde, o bispo Póvoas foi acusado de desordeiro, sem o ser.

5. — **Papéis sediciosos**

Como sabem, em 1817, deu-se ou fez-se em Pernambuco uma revolução de carácter republicano, mas foi logo abafada. Nos seus Offícios, por mais de uma vez, Féo e Tôrres refere-se a «*papéis sediciosos*» que apareceram então em Angola, e procedeu-se a vários inquéritos, mandando fazer a respectiva apreensão.

6. — **A rainha caluniada**

Um escritor brasileiro afirma que el-rei d. João VI mandou o official de marinha Mota Féo e Tôrres para governador de Angola por certas... desconfianças dos amores com a rainha dona Carlota Joaquina.

Desta má fama — ninguém a livra; desta e doutras...

7. — Outros documentos

Em 7 de Setembro de 1819 entregou Luís da Mota o governo de Angola a seu sucessor Manuel Vieira de Albuquerque e Továr e a 19 se embarcou para o Rio-de-Janeiro.

Faleceu em Lisboa no dia 27 de Maio de 1823.

O processo, ou Decretamento de seus serviços, existe na Torre-do-Tômbio, no maço 185, documentos com os números 20 e 22.

Capítulo segundo

O governador Manuel Vieira de Albuquerque e Továr

(1819-1821)

8. — O seu governo

O governador Manuel Vieira de Albuquerque e Továr chegou ao porto de Luanda a 4 de Setembro de 1819, depois de 40 dias de viagem. Tomou posse a 7 ou 8.

Foi um bom governador, que promoveu muito a agricultura e o comércio.

Teve graves desavenças com o bispo d. João Damasceno de Silva Póvoas, como vamos contar nos parágrafos seguintes.

9. — A navegação no rio Quanza

A 3 de Fevereiro de 1820, o governador Albuquerque e Továr mandou o seguinte ofício ao Conde-dos-Arcos:

— N.º 39. — *Tenho a honra de expor a V. Ex.ª o grande atraso em que tem estado a Navegação dos Rios que cortam este Reino em diversas direcções.*

Em tôdas as nações do mundo os rios servem sempre de canais de riqueza, mas aqui têm servido de bem pouca utilidade.

O governador, que foi dêste Reino — Barão-de-Moçamedes estabeleceu em Calumbô um Armazém que servia para depositar as fazendas que navegavam pelo rio Quanza, tanto de importação como de exportação para os Serções e presídios de Muxima, Maçanganô, Ambaca, Cambambe e Pungô-Andongô, pagando módicas quantias pela arrecadação no dito Armazém, as quais utilizavam á Real Fazenda e aos Negociantes interessavam infinitamente pela boa e segura arrecadação das suas fazendas.

Tendo-se destruído êste armazém há quasi 20 anos, nunca mais se reedificou, perdendo assim a Real Fazenda os interêsses que recebia e o Comércio sofrendo grandes prejuízos.

Já mandei reedificar o dito Armazém, tornando a servir para o fim que foi feito e julgando ser de muita utilidade que no rio Bengo e em o distrito do Zenza e Quilengue do Gelungo se faça um igual estabelecimento, — já o mandei principiar.

Estou fazendo as precisas averiguações para vir ao exacto conhecimento: e se convirá fazer o mesmo estabelecimento no rio Dande?

V. Ex.^a mandará o que fôr servido. Deus guarde à V. E.» —

Teve resposta êste ofício n.º 39 com o ofício n.º 44, datado em Lisboa a 20 de Março de 1820. Tem escrito: «*Approva-se*».

10. — A doença do gov. Továr

Não vivia ocioso no seu palácio de Luanda o gov. Albuquerque e Továr, antes se occupava cuidadosamente de todos os serviços que eram úteis ao bem-comum e progresso da colónia.

Pelo atestado seguinte se vê que a sua saúde estava abalada :

— «José de Melo, fisco-mór do Reino de Angola, e Joaquim José Ferreira Campos, cirurgião-mór do mesmo:

Certificam que o Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Manuel Vieira de Albuquerque e Tovar, governador e capitão-general d'êste Reino de Angola, se acha gravemente molesto e sem as forças precisas para satisfazer ao indispensavel trabalho do Govêrno e para resistir à insalubridade do pais.

Tendo chegado a êste Reino mal convalescido de moléstia que teve no Rio-de-Janeiro, foi logo atacado de febre, de que ficou livre, passados dias.

Tomou vigor por algum tempo e pareceu dar-se bem com o país. Porém passados dois meses, tornou novamente a perder as forças e a sofrer insultos de febre que, no decurso de um anno, lhe têm repetido 9 vezes, ficando sempre em grande abatimento de um a outros ataques, de maneira que os 3 últimos não têm metido mais intervalo que 8 a 10 dias entre cada um.

Acresce o ter sofrido, no mês de Julho, um forte atáque artrítico com febre que lhe durou 15 dias, e que o deixou impossibilitado por algum tempo de andar a pé.

Tôdas estas sucessivas moléstias lhe têm tirado as forças, a ponto de parecer impossível restabelecer-se no meio dos trabalhos do seu Govêrno, a que se tem entregado e entrega com excesso.

As referidas moléstias agudas, que tem sofrido, se reúnem a outras crónicas que padece, quais são uma visível acrimónia de sangue, uma antiga moléstia das vias-urinárias e uma incómoda afecção nervosa.

Por ser tudo assim, o afirmamos debaixo de juramento.

Luanda, 22 de Setembro de 1820.

(a) José de Melo

(a) Joaquim José Ferreira Campos.

Cá em Lisboa não ligaram importância à doença do governador, pois no officio 114, que a seguir vamos dar, está uma tira de papel com a nota: — «*Guarda-se.*»

(Continua).



(Continuação da pág. 6, da II série)

24.—A retirada estratégica dos Portugueses para o sertão



ANTÓNIO DE OLIVEIRA DE Cadornega assistiu em Luanda à Invasão dos Holandeses, em Agosto de 1641, e por isso a sua narração é minuciosa e bem completa: teve o cuidado de apontar os diversos factos, dia a dia, e de uma maneira comovedora.

A coragem portuguesa, a dôr portuguesa, a fôrça portuguesa — estiveram, nas margens do rio Bengo, à maior prôva física e moral que conhecemos !!!

Abandonada a cidade de Luanda, a gente lusitana retirou-se para o interior ou sertão, a caminho do Presidio de Nossa Senhora da Vitória de Maçangano, como sabem.

Recuando um pouco neste nosso estudo, vamos continuar com a marcha dos Portugueses.

25. — No arraial de Quilunda

Por sua vez, o nosso governador Pedro César de Meneses, pãra assim dar tempo à nossa gente civil, principalmente velhos, senhoras e creanças, que vagarosamen-

te e tormentosamente seguiam a pé, êle, por prudência, tratou de se fortificar no sítio e oiteiro da Igreja de Quilunda.

A lagoa de Quilunda, que ainda hoje existe, era espaçosa, e, como diz Cadornega, fértil de pescádo.

No trabálho das trincheiras, que eram de pau-a-pique, com baluartes e traveses e com cáva por fóra, todos trabalharam activamente ou com desvêlo, de sorte que a óbra ficou pronta em poucos dias, e com regular segurança.

O nosso bom Governador, dando o exemplo, com suas próprias mãos também ajudou nos serviços, e com perícia militar, que a tinha em elevado grau.

No Arraial não havia artelharia, mas logo Pedro César de Meneses tratou de obtê-la do seguinte modo :

«No alto do Musseque, sôbre o Fôrte do Penedo, existia o chamado Fôrte-dos Lobos, por andarem por ali muitos, e foram lá alguns dos nossos Soldádos, com dois carros de bois, e trouxeram de noite duas peças de férro de bom calibre, que ali havia, e nos haviam ficado com as mais, e as trouxeram para o arraial de Quilunda, sem serem vistos do Flamengo.

Com as ditas peças ficou a nossa gente com mais esforço e alênto em verem que tinham já algum modo de defesa...»

Como veremos, a retiráda de Pedro César foi feita em ordem, não lhe faltando nem estratégia, nem coragem.

Ao arraial de Quilunda veio encontrar-se com o nosso Governador o capitão-mór António Teixeira de Mendonça, que de Ambaca tinha vindo pâra Maçangano e ali tivera notícia da perda da cidade de Luanda e que Pedro César estava em campo.

Mendonça chegou com 150 homens escolhidos, arrojados e corajosos, que queriam ir sôbre Luanda provar ou medir fôrças com o inimigo e pediram licença ao nosso Governador, mas êste, prudente, porque não tratava mais do que da conservação dêste Reino de sua Majestade, não quis animar tam pouca gente que tinha...

26. — A morte do licenciado João Lopes

Algumas pessoas de categoria social, a quem faltou a coragem para acompanharem Pedro César nestes trabalhos e perigos, deixaram às escondidas ou em segrêdo o arraial de Quilunda e desceram ou foram para o pôrto de Calumbo, no rio Quanza, onde compraram um patacho de cobêrta, com o fim de seguirem para o Brasil.

Avisado do facto, o nosso Governador mandou — *«ordem ao capitão e cabo do Quanza, Fernando Rodrigues, que logo descesse do sítio, onde tinha o seu alojamento, ao de Calumbo e tomasse aquele patacho, tirando-lhe o leme e as velas, para que não conseguissem o seu intento...»*

Foram, de pronto, cumpridas as ordens de Pedro César de Meneses.

Resolveu Fernando Rodrigues levar então o patacho pelo rio Quanza acima para o Presidio de Muxima, mas fizeram-lhe opposição e no conflito foram mortos a tiro o capitão Manuel Gonçalves Cidrão e o licenciado João Lopes, sendo muito sentida a morte dêste, porque era bom médico e muito prático e feliz em curar as chamadas doenças da terra.

27. — Prisão de um iuglês

Meia dúzia de nossos soldados pretos foram em certa noite até ao sítio da Maianga e ali prenderam dois soldados do lado dos Flamengos.

A um dêles, porque se negou a marchar para o nosso arraial de Quilunda, foi tirada a vida e a sua cabeça, para prova, levaram-na à presença de Pedro César de Meneses.

O outro preso, que era inglês de nação, na presença do nosso Governador contou ou deu as seguintes informações:

— *«Aquela armáda tinha saído de Pernambuco, indo para isso gente de refrêscos dos Estados de Holanda e como se havia feito nova Bolsa para a invasão de Angola, o general do mar era o Pé-de-Pau, bem conhecido por suas empresas ou roubos; trouxeram de gente de guerra 2.500*

homens em 18 embarcações, as mais delas de fôrça ; o general, que governava em terra, era o Andressen, pessoa de muita experiênciã na guerra, mas que lhe ia morrendo muita gente e que não estavam lá mui contentes do País; e que, temendo a nossa gente, estavam os Holandeses bem guarnecidos em trincheiras. . . »

Na verdade, estas informações foram discutidas ou tomadas em consideração por Pedro César e seus cabos.

28. — A missão corajosa do padre Saraiva

Entre os Holandeses estavam também soldádos france-
ses, aventureiros, não calvinistas ou protestantes, mas católicos romanos.

Havia nos Musseques uma mulher Bodegoneira, que lá tinha ficado e, em sua casa, tinha prática com alguns destes franceses, que ali se reuniam, fóra das trincheiras, para es-
pairecer.

O padre Jerónimo da Fonseca Saraiva, que era de côr mas afoito e conhecedor da língua francesa, fãcilmente se disfar-
çou e teve occasiã de ouvir e conversar com tais soldados, de quem soube que o director holandês largaria a cidade de Luanda se lhe fôsse dada certa soma de dinheiro.

Assim informado Pedro César de Meneses, reuniu o seu estãdo maior, ou lá como se chamava, e escreveu ao Direc-
tor Holandês que, se quisesse, se avistariam em o sítio de Sequile, meio camínho pãra uma e outra pãrte, cada qual vindo com uma companhia de 50 homens de sua guárda, pãra ali falarem do negócio que estivesse a bem de ambos êles.

Pedro César tinha muitas esperanças neste encôntro, pois constava-lhe que Andresson estava desanimadíssimo por lhe estar morrendo cotidianamente muitos soldádos, com as doen-
ças da terra, concorrendo muito para essa mortandade a má água das cacimbas da Maianga de que se abasteciam.

(Continúa).



Por ANTÓNIO DE OLIVEIRA DE CADORNEGA

PRIMEIRA PÁRTE

(Continuação da pág. 268 da II série)

Capítulo quarto

O governador Luís Serrão e a sua morte. —

O governador André Ferreira. — Conti-
nuação da Conquista, pelo rio Quanza
acima e dos lados. O governador João
Furtado de Mendonça — Na província
ou terras dos chamados Jagas. — O capi-
tão João de Velória. — Caçada de zebras.

27. O testamento de Paulo Dias de Novais. — *P. P.*



EM UM LIVRO ANTIGO, QUE se conserva na vila da Vitória de Maçangano, em o Senado da Câmara, consta que procedeu por falecimento de Paulo Dias de Novais — **Luís Serrão**, por Governador e Capitão-mór no Reino Novo de Sebaste, Conquista de Etiópia, na éra de 1591, que é o que consta do dito livro esta éra de algumas assinaturas suas que no dito se acham, que

foi de notas onde continua o Escrivão com esta éra ;

mas sem dúvida, tanto que faleceu Paulo Dias de Novais, tomou posse do Govêrno por ser seu capitão-mór da gente de guerra e êle o haver deixado nomeado por verba do seu **Testamento** em êste govêrno, o qual tendo tomado posse do govêrno foi, com o melhor modo que pôde, conservando o que se havia conquistado do Reino de Angola, castigando alguns sobas alevantados dos sobas fidalgos conquistados, que, como tinham a cabeça em ser que era o Rei de Angola seu senhor, sempre estavam forjando traições e levantamentos, a que o Governador atendia a seu castigo por seus Cabos; e, estando de assistência em o alojamento de Maçangano, Praça de Armas daquela Conquista e vendo que era muito necessário acudir ao govêrno político daquele novo Reino, e ter nele quem o ajudasse, — formou em Maçangano, em nome de sua Majestade, Senado da Câmara com Juizes e Vareadores, Escrivão e Procurador, como consta de suas eleições no Livro antigo que naquela vila de Maçangano se conserva, como dito é, já desbaratado com o tempo e pouco cuidado que há nas cousas que mais importam, intitulado à Maçangano vila de Nossa Senhora da Vitória de Maçangano, indo pondo em ordem o como se haviam de haver com os sobas conquistados, fazendo com o Senado da Câmara para isso Regimento, que consta do mesmo Livro, onde foi registado; e, como muitos dos conquistadores lhe haviam dado alguns dêstes sobas que tinham ajudado a conquistar e a dominar, pãra os servirem assim na fábrica de suas casas e lavouras para a ajuda do sustento de seus patronos, ajudando e acompanhando em as ocasiões de guerra, — pãra isto e outras muitas cousas do govêrno político era necessário muito cuidado como Reino que de novo se ia estabelecendo, e pondo em ordem e bom govêrno as cousas dêle. Alguns dêstes fidalgos sobas se repartiram pelos Conquistadores, os quais, por causas que devia de haver, lhes foram tirados e incorporados nas lotações das fortalezas pãra o Real Serviço de sua Alteza.

28 — Providências políticas tomadas por Luís Serão. — P. P.

Com êste cuidado estava êste bom Governador com o Senado da Câmara, provendo Officiais Reais pãra terem cuidado do que tocava à Fazenda Real, formando os

mais Tribunais, pãra a administração da Justiça, de Officiaes Superiores e Inferiores, dando ao Capitão-mór da guerra e tandala do Reino documentos de como se haviam de governar com brandura e cristandade com os novos conquistados : e, porque não há bem que dure, e, como êste clima é tam contrário ao nosso natural, e, como o capitão-mór e governador Luís Serrão havia trabalhado anos em a conquista dêste Reino, em companhia do primeiro Conquistador, servindo de capitão mór da guerra, — adoeceu da doença da terra, que são (febres) mui violentas e apressadas, com que deu em breves dias a alma a seu Criador. Sentiu-se muito a sua morte, por ser o primeiro que havia posto as cousas do govêrno, assim de guerra como político, em boa forma.

29.—No govêrno de André Ferreira Pereira. — *P. P.*

Ao governador e capitão-mór Luís Serrão sucedeu em o govêrno André Ferreira Pereira por governador e capitão-mór dêste Reino de Sebaste, conquista de Etiópia, na éra de 1592, e foi seguindo as pisádas de seu antecessor na direcção e govêrno político, conservando o possuído e fazendo guerra, conforme o poder que naquele tempo tinha, aos sobas rebeldes e a outros que ainda não eram conquistados, de quem recebiam os Portugueses moléstias, e os sobas também as tinham que eram vassalos da nossa Coroa e nos acompanhavam à opposição dos inimigos, do qual não há notícia fizesse nova conquista, mais que conservar o conquistado e acudir às invasões de tanto gentio, estimulados de seu Rei, que fazia quanto podia por ver se nos podia acabar, e que não fôsse a nossa conquista por deante.

Neste tempo sucedeu, conforme algumas notícias, morrer o rei velho Angola-Aquiloange e suceder-lhe no reinado seu filho Gola-Ambande com suas três irmãs de pai e mãe, como dito é no capítulo II desta I parte, o qual, novamente rei, foi também seguindo os passos de seu pai em ódio da nação portuguesa, e em não querer admitir a Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo, senão estar contumaz em suas idolatrias e feitiçarias abundas, dando adoração à creatura não crendo no Criador dos Céus e da Terra ; e, porque não temos que dizer mais dêste govêrno, pelas poucas notícias que há, diremos de o que lhe sucedeu.

30. — O governador João Furtado de Mendonça continua a conquista. — *P. P.*

O sucessor de André Ferreira Pereira foi João Furtado de Mendonça, na éra de 1594, vindo despachado do Reino de Portugal por governador e capitão geral dos Reinos de Sebaste, conquista de Etiópia; o qual, vindo com gente de socorro ao pôrto de Sam-Paulo de Luanda, tratou logo de subir à Conquista com seu capitão-mór da gente de guerra e campo — João de Velória, espanhol de nação, cavaleiro fidalgo de Casa de sua Majestade e cavaleiro professo da Ordem-de-Cristo, o qual havia sido dos primeiros conquistadores; e, indo ao Reino, vinha agora despachado com ditos despachos, como pessoa de grandes merecimentos.

Ambos — subiram pelo famoso río Quanza à conquista, indo o dito Governador com a gente de socorro pelejando com inimigos de uma e outra parte, assim da nossa Ilamba como da Quiçama, que tudo estava de novo alevantado contra a Gente Portuguesa, pela pouca possibilidade que havia de gente pãra campear e prosseguir a Conquista.

Chegado que foi à vila da Vitória de Maçangano, ordenou ao seu capitão-mór da gente de guerra desse ordem a fazer um fórt e fortificação em forma para segurança daquela Praça de armas da Conquista, pãra que vissem aqueles inimigos a conta que se fazia daquela conquista, pãra o que levou todo o necessário e alguma artelharía pãra a guarnecer; e, vendo o capitão geral a fortificação feita, bastante pãra ter o encontro ao inimigo se a viesse acometer, — ordenou ao seu capitão-mór: fôsse a fazer guerra à província da Ilamba, onde havia muitos sobas poderosos de muito grande senhorio, terras e vassalos, o qual o fez com muito cuidado e valor, dando muitas batalhas àquela imensidade de gentio, saíndo de tudo vitorioso com o muito calor que o Governador lhe dava daquela vila e praça de armas, socorrendo-o de todo o necessário, mas náda se fez sem trabalho e perda de gente, que a guerra não se alimenta de outra cousa, mas sempre conheceram os Portugueses: nestas ocasiões e pelejas obrava mais o Poder Divino do que as suas fracas fôrças, pela tamanha multidão de tam bastos inimigos.

31 — A reputação das armas portuguezas nas províncias de Lubolo e da Quiçama. — P. P.

Tendo-se guerreado naquela província da Ilamba com o valor e esforço que dito é, avassalando-se alguns sobas daquela província à Real Coroa de Portugal, se amotinou alguma Infantaria por mal contentes e revoltosos e se foram com suas armas para a província que hoje chamam de Lubolo, da outra banda do rio Quanza, os quais se foram incorporar com uns poderosos que andavam naquela província fazendo guerra aos sobas daquela banda que tinham anos de nossos vassallos, os quais se chamavam os **Gingas**, pelo que mandou o Governador ao seu capitão-mór João de Velória: passasse àquella província em socorro de nossas sobas e seguimento nossos soldados alevantados, os quais não eram tam poucos que não fôsem alguns 30 homens, o que o dito capitão-mór fez com muito cuidado, passando o rio Quanza com sua gente de guerra àquella província; e, dando batalha aos Gingas, os desbaratou juntos com os soldados alevantados, os quais, uns e outros, se recolheram à fortificação que tinham para sua defesa, onde o valor do capitão-mór e da sua gente lhe avançou as fortificações e, escaladas e entradas, as mandou pôr por terra, e foi muitos dias de marcha e seguimento dos Gingas e soldados, os quais vieram a render-se ao valor da nossa gente, com que trouxeram prisioneiros alguns 20 homens, que os mais tinham perecido à inclemência do tempo daquelle país e das nossas armas, tendo saído desta ocasião gloriosamente, como do valor se esperava, por ficarem os nossos sobas socorridos, os Gingas desbaratados com muitas mortes dos seus, sujeitos os soldados amotinados, ficando tudo à medida do desejo.

E, porque na Província da Quiçama estavam alguns sobas poderosos em contendas e guerras uns com os outros, lhe mandou o governador: os fôsse compor, o que fez com presteza e brevidade, servindo de medianeiro entre êles; e, deixando aqueles sobas em boa Paz, se recolheu a seu governo e alojamento de Maçangano, ficando nossas armas com muita reputação, porque não tam somente acudíamos a nossas cousas senão ainda às alheias.

32. A célebre e celebrada rainha Ginga. — P. P.

Intentou o nosso Governador e Capitão General ver se com o Rei, que tinha sucedido no Reino de Angola Gola-Ambande, o podia trazer ao grémio da Santa Madre Igreja, escrevendo-lhe e exortando-o com palavras imperiosas em parte, porque êste gentio não se doma a náda por afagos nem boas razões, senão com o temor e respeito, o que visto pela Irmã mais velha das três chamada **Ginga**, que era de grande coração, e desejava ser parte naquele Reino e Govêrno de seu Irmão, e assim lhe disse, comunicando-lhe o Irmão Rei a Carta que havia ido do novo Governador, que aquela Carta se não escrevia a um Rei como êle era; que, se ela com o ser mulher governara as cousas que ela dera a entender ao Governador por logar em quem o havia, que se êle não tinha acções de Rei nem de homem, que tomasse uma roca e fiasse, e a êste respeito lhe disse outras palavras injuriosas de que o Irmão Rei tomou tal paixão em cuidar na soberba demasiada e atrevimento de uma mulher, ainda que sua irmã, com que veio a adoecer; e, vendo-se perto da morte, tendo um filho que lhe havia de suceder no Reino, o não quis fiar da irmã, porque conhecia seu ânimo danado, e o que desejava governar, por cuja causa encomendou a tutela do filho a um senhor de grande Quilombo laga de nação, e poderoso de vassallos, por nome Casa, deixando-lhe encomendado com seu poder, não o fiando das Irmãs, para que o tivesse em seu poder até ser de idade para entrar a reinar.

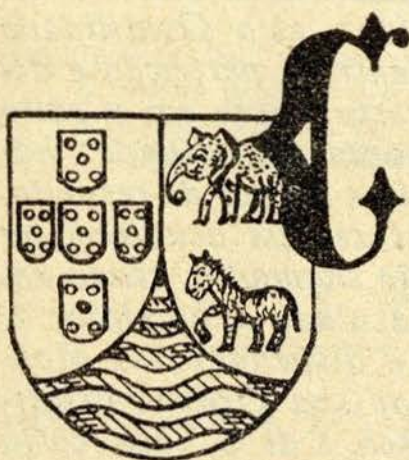
(Continúa).



Missionística

— Tôda a nossa HISTÓRIA está escrita... *in folios* de Mosteiros.

No artigo de fundo do diário *Novidades* em 26 de Fevereiro de 1934.



UMPRINDO À RISCA O NOSSO variado e modestíssimo Programa, vamos apresentar na frente dos curiosos olhos de nossos Leitores mais um inédito interessante da história religiosa angolana: o **manuscrito**, que aqui contemplarão, existe na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Um religioso, que deixou muitos e importantíssimos trabalhos de investigação, é o seu autor — frei Vicente Salgado

O manuscrito tem o número 473 de côr vermelha, e compreende três *Memórias*: do Convento de S. Francisco do Mogadouro — com 44 páginas; do Convento também trasmontano de Nossa Senhora das Flores — com 39 páginas; e do convento de S. José da cidade de Luanda, em Angola — com 39 páginas.

Apenas nos interessa a história do Convento de Luanda, que passamos a publicar.

* * *

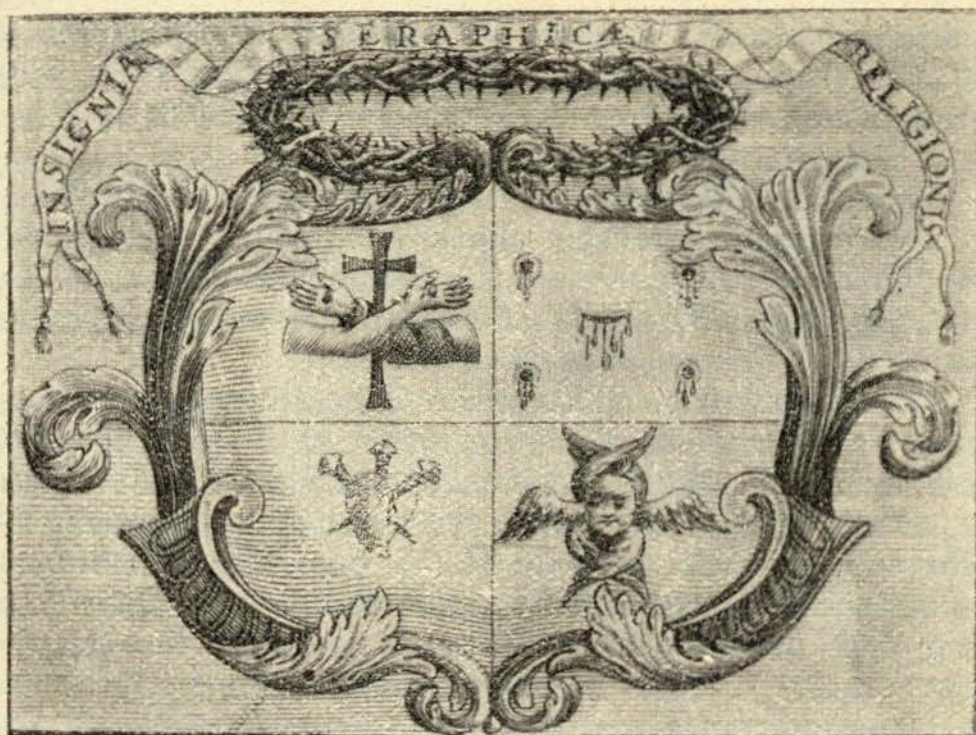
O pai da História-de-Angola e já tam nosso conhecido — António de Oliveira de Cadornega — faz a seguinte descrição do Convento Franciscano de Luanda no III tómo da sua óbra :

— «O Convento de Ordem Terceira do Saráfico Padre S. Francisco — com a invocação do Pai Putativo de Cristo Senhor Nosso, o glorioso S. José, é também de bastante Fábrica, Igreja e Dormitórios, altos e baixos, casa particular com sua Capela para a Congregação dos Terceiros Seculares, em que assistem e servem muitos principais Cidadãos e Moradores, que por seus Officiais dispõem e ordenam todos os anos a Procissão dos Terceiros de quarta-feira-de-Cinza, com muitas Imagens de Santos de vulto que floresceram na dita Ordem, a qual se faz com dispêndio, grandeza e devoção, mostrando a esta Gentilidade para sua confusão e os meter por dentro à perfeição e devoção com que se empregam os Portugueses em o culto divino, gastando sua fazenda com tanta liberalidade; havendo sempre em dito Convento sujeitos dignos de respeito, muito bons púlpitos e muito deligentes em acudirer ao bem das almas católicas, quando são chamados, tendo em seu Convento a Confraria da Imaculada Conceição, a quem festejam com muita devoção e dispêndio dos Moradores, como as mais festividades de sua Ordem, principalmente a do Patriarca S. Francisco, e de S. José, como orago do seu Convento.» —

Depois de feita, por completo, a respectiva publicação, acrescentaremos outras informações, por assim dizer, em correcção ao que a respeito do Convento Franciscano de S. José de Luanda escreveu frei Vicente.

Lisboa, Maio de 1935.

Padre RUELA POMBO.



Gravura, que está na portáda do livro *Orbis Seraphicus — Historia de tribus ordinibus a seraphico patriarcha Sancto Francisco institutis... per Fr. Dominicum de Gubernatis a Sospitello... Romae. 1689. — Tõmo I, àliás II.*

LISBOA

BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

(Manuscrito n.º 473 cõr, vermelha — 39 págs.).

MEMÓRIAS
DO
CONVENTO DE S. JOSÉ
DE
ANGOLA

por frei Vicente Salgado.

(Página 1:)

Depois que, em 2 de Fevereiro de 1583, o valente e esforçado Governador e General Paulo Dias de Novais venceu uma das mais famosas e numerosas batalhas ao

Quiloange-Angola, sucessor do astuto e falso Dambe Angola, que regeu aquêlê Reino depois da Angola-Iene, — passaram os Governadores da residência e fortaleza de Maçangano a habitar na cidade de Luanda.¹

Excediam (Página 2:) os Negros combatentes de milhão de homens, segundo escrevem alguns Autores, os quais, fugindo uns após outros, igualaram a profundidade que a natureza produzira entre dois montes, ficando os nossos povos em mais socego das correrias daqueles bárbaros.²

Entre o cabo de S. Maria e o Cabo-Negro, na costa ocidental de África, está situado o Reino de Angola. O seu primeiro nome foi *Dongo*, chamando-se antigamente *Ambunda*.³

O rio Quanza que tem o seu nascimento no grande lago Zaire, atravessando parte do sertão, por entre as montanhas chamadas da Prata e do Salitre, vem desaguar no Oceano, entre o Cabo-Ledo e a Ilha-de-Luanda, correndo êste Reino de Angola desde 10 graus de latitude meridional até 13, contando 100 léguas de comprimento e 130 de largo, com 75 léguas de costa.

¹ Paulo Dias de Novais, de uma ilustre e antiga família do Reino, era filho de António Dias de Novais (e neto de Bartolomeu Dias de Novais) o que descobriu o Cabo de Boa Esperança, como escrevem as nossas Histórias.

A rainha dona Catarina, tendo a regência do Reino, o mandou embaixador ao Rei (de Angola).

Depois de estar cinco anos cativo naquele País, se recolheu à Corte e el-rei dom Sebastião, em prêmio de seus serviços, lhe deu 35 léguas de terra, desde o rio Quanza e águas vertentes ao sul, com grande jurisdição e honrosas expressões, na carta que lhe mandou passar na data de 19 de Setembro de 1571.

² S. Paulo de Luanda, pôrto da pequena ilha dêste nome, província do Reino de Angola, cidade episcopal e residência do Capitão General daquele Estado, foi edificada em 1578 (aliás — 1576), governando aquelas terras Paulo Dias de Novais. Tem belas igrejas e conventos e é abastada de víveres de diversos géneros. (Francisco do Nascimento Silveira, *Côro das Musas*, parte I, página 104. — Silveira nas duas notas (a) e (b) à estância IX das «Conquistas Ultramarinas de Portugal», dá informações, se não erradas, incompletas sobre a Invasão dos Holandeses, em 1641, e reconquista de Luanda em 1648).

³ Gubernatis, *Orbis Seraphicus*, II, § 38, p. 627: — Danda (fluvius) in duo cornua prope littus maris divisa, nobilem et pinguem, angustam et longam viginti miliaribus italicis Insulam componit nomine Luandam... Hic Lusitani munierunt arcem sub nomine Sancti Pauli...

(Pág. 3:) Confina êste Reino pela parte do norte com os estados do Rei-de-Congo; pelo nascente com a dilatada província da Matamba, a que Martinière chama Malemba ou Majemba; e pelo sul com os povos Chimbeles; e pelo poente com o mar, a que alguns dão o nome de Congo e outros Etiópico.

Divide-se em 8 províncias principais, conhecidas com êstes nomes: Luanda, Ilamba, Maçangano, Ensacø, Ocoto, Cambambe, Sonso, e Ambaca, com muitas outras sub-divisões; regido tudo por Sobas ou Potentados feudatários da Coroa Portuguesa, bastantemente guerreiros e alguns antropófagos, que se intitulam *ngõnsaboles* ou vassallos dos Reis de Portugal.

Da extensa diocese de S. Tomé-e-Congo, com quem parte, se dividiu o Bispado de Angola em 1597, governando a Igreja o sumo pontífice Clemente VIII, sendo confirmados os primeiros bispos desta Catedral na Igreja de S. Salvador da Cidade de Bamba, capital do Congo.⁴

Principia esta extendida região da África debaixo da zona, desde o cabo das Vacas, que está em três graus e meio ao sul.

E' banhada do caudaloso Zaire, navegável por milhão de léguas, em cujas ribeiras há muitas ilhas abundantes de gentry e férteis de mantimentos e ricas de gados, e animais indómitos.

(P. 4:) Dista a cidade de Congo 150 milhas do Oceano. Está situada em um alto e pedregoso monte, que faz em cima uma planície tam espaçosa e dilatada que vivem nela mais de 100.000 vizinhos.

Tinham sido felizes os progressos da Religião Revelada naqueles Povos Africanos. Instruídos nos sagrados mistérios da Fé Católica pelo zeloso espírito dos Cónegos Seculares da Congregação do Evangelista destinados àquela Missão, — saíram do seu país príncipes e grandes a buscar na Europa conhecimentos das Escrituras e mais ciências, para aumento do Cristianismo naquela Baixa-Guiné.

O bispo de Tângere dom Diogo Ortiz de Vilhegas foi nomeado por el rei dom João II bispo de Sam-Tomé-e-Con-

⁴ Uns autores lhe chamam Bambe e outros Bembe ou Pemba.

go, mas el-rei dom Manuel o passou para a Igreja de Viseu e o fez Mestre do Príncipe dom João.

O príncipe d. Henrique, filho de El rei de Congo, é nomeado Bispo Uticense e ilustra a Catedral de Congo para onde partiu de Portugal em 1521.

D. Pedro de Sousa, parente da Casa Real de Congo, sagrado bispo de S. Tomé, quando se recolhia de Roma da embaixada e obediência que por parte de sua Côrte foi dar ao pápa Leão X, adoecendo em Lisboa, foi acabar seus dias nas Caldas-da-Rainha.

Dom frei João (Pág. 5: Baptista, da religião de S. Domingos, foi bispo de S. Tomé e Congo em 1543.

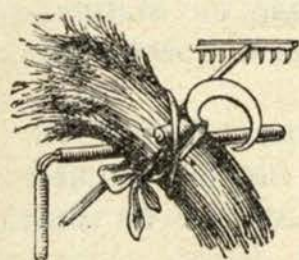
Êstes e outros Varões das famílias religiosas do Reino foram autarcas resplandecentes nesta Igreja de Sam-Salvador; seus diligentes cuidados e activos espíritos, adeantando a Lei e o culto do Crucificado, fizeram eficaz a prègação evangélica, a que dava vigor a Graça, que o tempo, o inimigo comum e a falta de obreiros têm esfriado e pervertido.

(Continúa).





Os Insatisfeitos . . .



TAREFA FÁCIL É TRAÇAR ou delinear um belo e majestoso Programa literário, mas dar-lhe execução ou apresentar a obra em público — já o caso muda de figura . . .

Não que há Leitores e há . . . *leitores*.

Os primeiros, porque compreendem do assunto, são generosos e benévolos e justos: os *segundos*, inexperientes e leves, escrevem-me cartas anónimas a descompôr-me e a insultar, com-unhas e-dentes, a minha revista, que os não satisfaz, — por isto . . ., por aquilo . . .

Paciência . . .

Ninguém é obrigado a comprar ou a assinar a revista *Diogo Caão*.

Temos um Programa, de que jãmais nos afastaremos: a *Diogo Caão* não é um boletim de religião ou piedade.

Na secção de missionística — Missionários & Missões — limito-me tam sòmente ao estudo externo ou histórico da propaganda civilizadora religiosa do tempo passado, e assim é prestada condigna homenagem aos pioneiros, que egaram com o seu suor as terras angolanas.

O nosso assúnto é variado, para chegar um bocadinho a tôdas as classes: militança, comércio, assistência . . .

Não sou egoísta ou não faço caixinha das minhas investigações, como tantos outros.

Falta-me tempo, é certo, porque as aulas, que frequentamento, me obrigam a estudos próprios e indispensáveis, cotidianamente

Lisboa, Maio/1935.

Padre RUELA POMBO.

Canal do Quanza

Temos encontrado nos diversos arquivos públicos de Lisboa abundância de documentos relativos às obras do tal Canal-do-Quanza: até desenhos ou plantas.

Tencionamos tratar dêste assunto com mais desenvolvimento, um dia.

Dirigiu as obras Sousa Alcoforado, bacharel em Matemática ou em Filosofia, que estava condenado ou deportado em Luanda.

De 1813 a 1816, as despesas importaram em 7.357\$998.

Existem do próprio punho de Sousa Alcoforado cartas muito curiosas no Arquivo Histórico Colonial da Junqueira.

O governador Luís da Mota Féo, que mandou suspender os trabalhos, cometeu talvez um crime...

Em 19 de Julho de 1819, enviou para Lisboa, ao Conde dos Arcos, o seguinte ofício:

— N.º 211. — Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.: Tive a honra de receber o Real Aviso n.º 76, de 29 de Janeiro do corrente ano, em resposta ao meu Ofício n.º 145 em data de 6 de Outubro do ano passado, relativo ao encanamento do rio Quanza, e determinando Sua Magestade, no sobredito Real Aviso que se continuem os mencionados trabalhos, empregando-se neles aquele número de gente que se puder ali entreter fixamente, — tenho muito desprazer em me ver obrigado a participar à V. Ex.^{cia} que o director daquela obra — o bacharel Manuel José da Cunha e Sousa Alcoforado faleceu nesta cidade de Luanda, no dia 26 de Dezembro do ano passado, e que não encontro aqui pessoa algu-

ma capaz de dirigir e entender daquele trabalho, o qual não é possível prosseguir sem director. O que participo à V. Ex.^{cia} pãra se darem as providências necessárias. Deus guarde à V. Ex.^{cia} — S. Paulo da Assunção de Luanda, 19 de Julho de 1819.»

* * *

No orçamento da câmara cu Senado de Luanda, de 1821, está o seguinte N. B.:

— «*Não progrediu esta empresa desde Agosto de 1816, pela falta de mantimentos, pois este foi o único meio que buscou o governador e capitão-general Luis da Mota Féo Tôrres, para tornar menos sensível a carestia de géneros de primeira necessidade, principalmente a farinha de mandioca, de que se consumia avultada quantidade com os pretos trabalhadores, que na dita emprêsa se achavam empregados.*

O senado, achando justa a proposição daquele Governador, ordenou, a beneficio comum do povo que interinamente se suspendesse a dita emprêsa enquanto existisse a referida causa, visto que do último mapa que se dirigiu em 3 de Agosto do ano acima, constava que, no Distrito do Quanza e outros muitos, não havia já farinha, crescendo mais que os mantimentos recolhidos no Terreiro-Público, apenas chegaram para os trabalhadores desta Cidade, que os compravam por excessivos preços.»

Não obstante, Mota Féo foi um bom governador de Angola e trabalhou muito pelo bem dos habitantes de Luanda: não tinha visão precisa de certos factos, como por exemplo, do mal da escravatura, repetimos.

Seu filho João Carlos publicou em Paris, em 1825, as *Memórias e a biografia de seu Pai*, mas, para se fazer um estudo rigoroso, imparcial e justo do seu govêrno em Angola, (Julho de 1816 — Setembro de 1819) não faltam bons e numerosos documentos nos arquivos de Lisboa.

P. P.

Convento franciscano de Luanda

Ficou já publicado, às paginas 23-28 dêste presente número um pedaço das «*Memórias*» do Convento de S. José de Angola, algo curiosas.

Como não sejam de fácil consulta aos nossos Leitores alguns dos livros citados por frei Vicente Salgado, resolvemos ir transcrevendo, nos seus respectivos logares, êsses trechos, quer do *Agiolôgio Lusitano*, quer do *Orbis Seraphicus*, para, assim, tornar mais importante a nossa secção de Missionística.

Relativamente à Missão de S. José de Calumbo e das terras da Quiçama, dão estas *Memórias*, como vão ver, importantes informações religiosas.

Em Julho próximo, tencionamos ir à Biblioteca de E'vora, p'ara ali estudar e copiar alguns manuscritos que se referem à história civil e religiosa da nossa Angola.

P. P.

Brasão de Angola

Vencido, mas não... convencido, havíamos mandado desenhar e até gravar o brasão de Angola conforme tinha aparecido numa revista oficial do Ministério das Colónias...

...mas, a Portaria n.º 8.098, de 8 de Maio, determinou conservar o antigo símbolo - «*como demonstração da importante fauna do território e tendo em atenção as peças heráldicas que há muito usa:*

Em campo de púrpura, um elefante e uma zebra de ouro realçados de negro.»

Com êste triunfo, a nossa revistinha, que com pouco se contenta, ficou... satisfeita !!!

P. P.

«DIOGO-CAÃO»

Resúmo dos números da 2.^a série

I. — Algumas páginas do condomínio português e holandês, (1641-1648). — Estudo arqueológico sobre Angola-Menina, (1575-1586).

II. — O governo de Paulo Dias de Novais (1575-1589). — O dr. José de Seabra da Silva.

III. — As minas de prata de Cambambe, fantásticas. — A fábrica de ferro de Nova-Oeiras.

IV. — O arquivo da Câmara Eclesiástica de Luanda. — O arimo do Bruto ou a actual Fazenda do Bom-Jesus.

V. — António de Oliveira de Cadornega e o I tómo da sua «História Geral das Guerras Angolanas».

VI. — O deputado padre Manuel Patrício Correia de Castro. — A Batalha de Ambuíla.

VII. — Relação do Reino de Congo e das terras circunvizinhas, em italiano e português. — Duarte Lopes & Filipe Pigafeta.

VIII. — A fundação do Convento do Carmo, em Luanda. — Degredados italianos para Angola.

IX. — O dia 8 de Dezembro em Muxima, (1834-1934). — O bispo dom frei Alexandre da Sacra Família.

X. — O governador Pedro César de Meneses, segundo, e o bispo dom frei António do Espírito Santo.

O importantíssimo catálogo dos governadores de Angola, organizado pelo falecido Cónego Delgado, foi publicado desde o governador XX — Pedro César de Meneses até o gov. XXXIV — Francisco de Távora.

Lisboa. Maio de 1935.

Padre RUELA POMBO.

PETIPÉ ... LITERÁRIO

- I) — A revista ilustrada *Diogo-Caão*, de vários e variados assúntos velhos e antigos angolanos, contém nas suas páginas *material* sôbre

HISTÓRIA,
GEOGRAFIA,
COMÉRCIO,
CIVILIZAÇÃO,
ARTE,
ETNOGRAFIA E
CRÍTICA.

- II) — Tôda a *colaboração*, tanto a literária como a artística, é solicitada ou pedida directamente por nós.
- III) — Os artigos ou trabalhos assinados são da absoluta *responsabilidade* de seus *autores*.
- IV) — Não são permitidas *polêmicas* de carácter pessoal ou individual.
- V) — A revista *Diogo-Caão* publica-se em *séries* de 10 números, tendo cada um, pelo menos, 32 páginas.